

Alegando parcialidade, defesa de Temer pede suspeição de Janot

A defesa do presidente Michel Temer pediu a suspeição do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em investigação relacionada ao peemedebista que tramita no Supremo Tribunal Federal. Na peça entregue nesta terça-feira (8/8) ao STF, o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira alega que o chefe da PGR age de forma pessoal em ações contra o presidente.

Reprodução



Defesa de Temer alega que Rodrigo Janot persegue o presidente e esquece da instituição que ele representa.

Um dos argumentos da defesa de Temer é uma [palestra](#) dada por Janot em que ele diz, ao se referir ao processo envolvendo o presidente, que, "enquanto houver bambu, lá vai flecha". A afirmação foi proferida durante um congresso de jornalismo investigativo.

No mesmo evento, o PGR defendeu as negociações de delação premiada firmadas pelo MPF e disse que a instituição tem poder para prometer redução de pena ou até mesmo imunidade.

“Parece pouco interessar ao procurador se o alvo a ser atingido, além da pessoa física de Michel Temer, é a instituição Presidência da República; as instituições republicanas; a sociedade brasileira ou a nação”, diz Mariz sobre Janot.

No mês passado, Janot denunciou Temer ao Supremo acusando-o de corrupção passiva com base na delação premiada de executivos da JBS e no áudio gravado por Joesley Batista, um dos sócios da empresa. Mas a denúncia foi rejeitada pela Câmara dos Deputados na semana passada, o que impede o STF de abrir a ação penal.

Com a decisão da Câmara, a denúncia deve ficar suspensa até o fim do ano que vem, quando o presidente deixará o mandato e pode voltará a ser investigado na primeira instância da Justiça ou novamente no Supremo, se assumir algum cargo com foro privilegiado no governo federal.

Pedido de inclusão



No último dia 2, Janot [pediu](#) a inclusão de Temer em inquérito que investiga se houve formação de quadrilha no PMDB. Ele também quer que sejam incluídos na investigação o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o ministro da Secretaria de Governo, Moreira Franco.

“O avanço nas investigações demonstrou que a organização criminosa investigada no inquérito 4.483 [já em tramitação, contra Temer] na verdade, ao que tudo indica, é mero desdobramento da atuação da organização criminosa objeto dos presentes autos”, explicou o PGR.

A partir disso, Janot diz ser “mais adequado e eficiente que a investigação seja feita no bojo destes autos e não do Inquérito 4.483”. O inquérito sobre o PMDB tem, no momento, 15 investigados, entre eles o deputado cassado Eduardo Cunha (RJ) e o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (RN). *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

08/08/2017